

Alain Touraine

Um novo paradigma
Para compreender o mundo de hoje

Tradução de Gentil Avelino Titton

 EDITORA
VOZES

Petrópolis



A mundialização

Dos Estados do pós-guerra à mundialização da economia

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto nos novos países criados sobre as ruínas do sistema colonial quanto nos países comunistas e na maioria dos países ocidentais, vimos surgir Estados voluntaristas que procuravam criar uma nova nação, reconstruir uma economia destruída pela guerra ou ainda melhorar rapidamente as condições de vida dos trabalhadores.

O *Welfare State*, instituído na Grã-Bretanha em 1943 pelo plano Beveridge, era sem dúvida muito diferente da *Sécurité sociale* francesa, criada em 1945, mas, nestes dois casos como em todos os outros, a figura central da vida econômica e social era precisamente o Estado, ao mesmo tempo porque era o único a dispor dos recursos suficientes para impulsionar uma política econômica e porque, no imediato pós-guerra, as agitações sociais e nacionais exigiam uma profunda transformação das leis e da própria definição de vida política.

O Estado interveio, portanto, em todos os domínios (econômico, social e cultural), muitas vezes de maneira autoritária, mas, no caso da maioria dos países ocidentais, com a vontade de associar à reconstrução econômica profundas reformas sociais e uma transformação da consciência nacional. Na Europa, durante longo tempo, manter-se-á a esperança de concluir um desenvolvimento econômico mais preocupado com os problemas sociais do que o era o modelo norte-americano. Assim, Michel Albert comparou o capitalismo renano, ou seja, de tipo alemão, no qual a co-gestão e o papel dos sindicatos ocupam um lugar importante, com o capitalismo anglo-saxão, cujos objetivos são exclusivamente econômicos. E somente no final do século o capitalismo renano aparecerá mais como um obstáculo que como força motriz, em face do triunfo dos mercados internacionais e da rapidez de ação dos decisores liberais.

Na realidade, todos os aspectos econômicos deste intervencionismo do Estado entraram em decadência mais ou menos rapidamente, sobretudo nos países que não dispunham de uma boa administração pública e nos quais a corrupção era atuante. Mas até o início do século XXI mantém-se em certos países a idéia de que a nacionalização das atividades econômicas é de vital importância para o progresso do país. Na França, em particular, criou-se uma concepção quase religiosa das nacionalizações e, por ocasião da grande greve de 1995, pretendeu-se ainda, entre os ferroviários e seus amigos, exaltar o Estado como portador dos valores universais diante de uma burguesia que não defenderia senão interesses particulares.

Apesar destas resistências, o novo modo de modernização, fundado na livre empresa e no papel central do mercado na alocação dos recursos, instalou-se rapidamente por toda parte. Assim, o controle e a regulação da economia apóiam-se cada vez menos em objetivos ou normas estranhas à economia. Ao longo do último quartel do século XX o Estado intervencionista foi substituído quase em toda parte (e quase completamente) por um Estado que procura sobretudo atrair os investimentos estrangeiros e facilitar as exportações nacionais, e ao mesmo tempo por empresas que se integram cada vez mais em aglomerados transnacionais e são associadas a redes financeiras que, apoiadas em novas técnicas matemáticas, podem obter lucros importantes da circulação das informações em tempo real. Estas rápidas transformações são a consequência direta de uma internacionalização da produção e dos intercâmbios que vão desembocar na *globalização* da economia.

Não é nossa intenção descrever detalhadamente esta globalização, esta mundialização da economia, mas é preciso situá-la em termos históricos a fim de poder compreender seus efeitos sobre a desagregação das sociedades contemporâneas.

Voltemos, portanto, ao período que começa em meados da década de 1970 até a queda do muro de Berlim e terminou com o atentado que destruiu as torres do World Trade Center em Nova York. Este período começara com a crise do petróleo, ou seja, após um deslocamento maciço de recursos vindos do Japão e da Europa Ocidental em direção aos países petrolíferos, que colocaram suas reservas em bancos de Nova York a fim de gerar lucros, o que atestava já uma forma de globalização da economia. Desde pelo menos um terço de século, apesar da agressividade do campo soviético no início do período, o mundo ocidental tomou uma dianteira considerável em quase todos os setores da vida industrial e econômica, onde os Estados Unidos alcançaram uma posição cada vez mais

dominante. Impôs-se então uma visão econômica da história, conferindo uma importância cada vez maior aos fatores econômicos e tecnológicos da mudança social. A mundialização dos mercados, o crescimento das empresas transnacionais, a formação de redes (*networks*) cuja importância capital foi sublinhada muito bem por Manuel Castells e a nova eficácia de um sistema financeiro capaz de transmitir as informações em tempo real, a difusão de bens culturais de massa, quase sempre americanos, pela mídia, pela publicidade e pelas próprias empresas, todos estes fatos, agora bem conhecidos de todos, criaram esta globalização caracterizada ao mesmo tempo, aos olhos de muitos analistas, por uma rápida ampliação da participação nos intercâmbios internacionais e pela influência de um grande capitalismo cujos centros de decisão são o mais das vezes americanos. E o mundo, com efeito, parece doravante dominado por uma expansão quase sem limites do modelo americano.

No entanto, desde o começo, os ecologistas realçaram a impossibilidade de uma generalização deste modelo e rapidamente protestatários se manifestaram em todas as partes do mundo, enquanto se multiplicavam as revoltas contra os Estados Unidos. Mais recentemente, as graves conseqüências da crise das bolsas, desencadeada por uma forte especulação sobre os valores tecnológicos, acentuaram a desconfiança em relação às grandes empresas, que apareceram menos como a vanguarda da modernização e mais como agentes de uma especulação desenfreada, ou como fontes de enriquecimento direto para seus dirigentes. Na virada do século, os movimentos anticapitalistas chegaram a dominar uma parte importante da opinião e a suscitar uma capacidade de mobilização em massa dos assalariados e dos consumidores descontentes. Vimos assim se formar um importante movimento de oposição contra a globalização, que logo optou por mudar de nome, para melhor dar a entender que seu objetivo era construir um outro tipo de organização mundial (altermundialização).

Um capitalismo extremo

Se o tema da globalização adquiriu uma importância política central, é por uma razão que não é econômica mas ideológica: os que entoaram mais alto os méritos da globalização quiseram, com efeito, impor a idéia de que já não era possível nem desejável nenhuma forma de regulação social ou política de uma economia mundializada, já que a economia se situava num nível mundial e nesse nível não havia autoridade capaz de impor limites à atividade econômica. A própria idéia de globalização, com

efeito, trazia em si a vontade de construir um capitalismo extremo, livre de toda influência exterior, exercendo seu poder sobre o conjunto da sociedade. Foi esta ideologia de um capitalismo sem limites que suscitou tanto entusiasmo e tanta contestação.

A longa história dos capitalismos nacionais está profundamente ligada à história geral de cada país. Hoje em dia já não é mais assim, porque as únicas instituições poderosas em nível mundial, os bancos e sobretudo o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial do Comércio, procuram impor uma lógica econômica aos Estados e não objetivos sociais e políticos aos atores econômicos. Por longos anos este entusiasmo pela globalização foi contestado sobretudo pelos defensores de interesses locais e nacionais e de produções que precisavam da proteção nacional para garantir sua existência na concorrência mundial. Os agricultores europeus e norte-americanos, por exemplo. Apesar de tudo, a Organização Mundial do Comércio foi reforçada de maneira decisiva quando a China se tornou membro da mesma. E as resistências locais fundiram-se em grande parte num movimento planetário de oposição ao capitalismo “global” e, ao mesmo tempo, à potência americana que é seu principal sustentáculo. O fórum de Porto Alegre foi seu ponto alto.

Alguns pensam que o enfraquecimento ou a decomposição das sociedades e dos Estados nacionais constituem etapas rumo à formação de uma vida política e cultural como também econômica em nível mundial. Esta idéia não está de acordo com o que constatamos desde longa data, a saber, a constituição de unidades sociais cada vez mais amplas? A este respeito, a formação dos Estados nacionais, impondo seu poder a senhores ou a coletividades locais, cidades ou mosteiros, foi bastante longa e tumultuosa para deixar-nos preparados a aceitar que a elaboração de uma sociedade mundial seja lenta e difícil, mas igualmente inelutável.

Ninguém pode descartar uma tal hipótese; mas, quando procuramos definir um período mais limitado, é numa direção oposta que nos sentimos levados: não para a formação de uma sociedade mundial, mas para a crescente dissociação entre os mecanismos econômicos, que funcionam em nível mundial, e as organizações políticas, sociais e culturais que só agem em escala mais reduzida, perdendo toda capacidade de interação com o nível mundial. De maneira que se desfaz em pedaços aquilo que chamamos de *sociedade*, pois o que define uma sociedade é a interdependência, na mesma unidade territorial, dos setores mais diversos da atividade coletiva. A mundialização da economia não acarreta, portanto, necessariamente, o declínio do Estado nacional, e por conseguinte uma desregulamentação cada vez mais maciça da economia?

Estas rápidas indicações nos permitem deduzir as principais implicações culturais e sociais da globalização. A mais manifesta é a formação de uma sociedade de massa, na qual os mesmos produtos materiais e culturais circulam em países com níveis de vida e tradições culturais muito diversos. Isto não significa absolutamente a padronização geral dos consumos e a “americanização” do mundo inteiro. Vemos, ao contrário, misturarem-se diversas correntes opostas. A primeira corrente é a influência cultural exercida pelas grandes empresas de consumo e de lazer: Hollywood é a fábrica de sonhos do mundo inteiro. Mas constatar-se-á também que ela não faz desaparecer com isso as produções locais. Pois assistimos, por outro lado, à diversificação do consumo nos países mais ricos. Em Nova York, Londres ou Paris há mais restaurantes estrangeiros do que antigamente, e pode-se ver ali mais filmes provenientes de outros países do mundo. Enfim, assiste-se também a um ressurgimento de formas de vida social e cultural tradicionais ou alimentadas pela vontade de salvar uma cultura regional ou nacional ameaçada. Mas por toda parte, como conseqüência destas tendências opostas, acelera-se o declínio das formas de vida social e política tradicionais e da gestão nacional da industrialização.

O caso mais visível é o dos sindicatos. Na França, por exemplo, a sindicalização do setor privado enfraqueceu-se muito, sobretudo nas pequenas e médias empresas. O sindicalismo inglês, dominado pelo sindicato dos mineiros e pela esquerda, foi vencido por Madame Thatcher e não se reergueu mais dessa derrota. Nos Estados Unidos, onde a taxa de sindicalização é mais alta, os sindicatos têm pouca influência e a época de Walter Reuther e do grande sindicato do automóvel já é coisa do passado.

Durante os anos 1980-1990, quando declinava e depois ruía o império soviético, o tema da sociedade da informação e da comunicação, a partir do desenvolvimento da Internet e das redes financeiras, impôs-se à opinião mundial. Período bastante curto mas decisivo, durante o qual a guerra e os imperialismos pareciam privados de sentido, devido ao fim da luta entre os dois blocos e ao enfraquecimento daquilo que se chamava de Terceiro Mundo. O pensamento social atribuiu uma importância central à análise de um novo tipo de sociedade, de contornos mais amplos que os da sociedade industrial ou pós-industrial, e até da sociedade da informação, que fora definida pelas tecnologias que constituíam o que Georges Friedmann chamara de nova revolução industrial. Este tipo de pensamento era também, por natureza, diferente do pensamento que presidira às análises centradas no confronto entre capitalismo e socialismo, ou nos problemas da dependência de tantos países relativamente a um poder de decisão exterior.

A sociedade da informação foi criada por um novo tipo de empresários, entusiastas, e levados por uma nova concepção da sociedade. É o caso do grupo Linux, formado na Califórnia por verdadeiros cavaleiros (ou monges!) da informática, que elaborou uma moral, a do *enjoyment*, oposta ao puritanismo tão bem descrito por Max Weber, e que desempenha em outra escala o papel que fora desempenhado na França pelos saint-simonianos nos inícios da industrialização. Esta sociedade da informação constrói-se sobre um novo tipo de conhecimento, sobre novos investimentos e uma representação transformada dos objetivos do trabalho e da organização social.

A ruptura das sociedades

Trata-se, por outro lado, verdadeiramente de uma nova sociedade? Nos tipos anteriores de sociedade, o modo técnico de produção era inseparável de um modo social de produção. Na sociedade industrial, a organização do trabalho, como foi definida por Taylor e depois por Ford, consistia em transformar o trabalho operário para obter o maior lucro possível, e o trabalho por produção, que fora tão difundido, era sobretudo uma forma extrema de dominação de classe. O mundo da informação é, pelo contrário, puramente tecnológico, o que significa que suas técnicas são socialmente neutras e não têm por si mesmas conseqüências sociais inevitáveis. Significa isso que aqui não existem mais relações de dominação? Não, evidentemente! Mas os conflitos de classes, se ainda podemos chamá-los assim, situam-se doravante mais no nível da gestão global, sobretudo financeira, do que no nível do trabalho e da organização da produção. A sociedade industrial fundava-se sobre a fábrica ou o ateliê; e foi neste nível que surgiram os sindicatos, com suas reivindicações, suas greves e suas negociações coletivas. A imagem sugerida pela globalização é a de redes de informações e de intercâmbios que podem não ter praticamente nenhuma existência material, e a transformação das empresas no decurso dos últimos vinte anos consistiu muitas vezes em externalizar setores de produção, em fragmentar, em reduzir, portanto, consideravelmente o tamanho das empresas. A imagem, já clássica, de um núcleo central da empresa constituído por “manipuladores de símbolos”, como os chama Reich, permite compreender muito bem a perda de importância dos trabalhadores “produtivos”.

Os grandes conflitos surgem doravante ao redor da orientação da mudança histórica, da modernização. Para retomar uma distinção importante, os movimentos *sociais* formados num tipo de sociedade são substituídos

por movimentos *históricos* que respondem a um tipo de gestão da mudança histórica. A globalização, convém repetir, é uma forma extrema de capitalismo que não tem mais contrapeso. A luta das classes desaparece, portanto, não porque as relações entre empregadores e assalariados se tenham tornado pacíficas, mas porque os conflitos deslocaram-se dos problemas internos da produção para as estratégias mundiais das empresas transnacionais e das redes financeiras.

Os movimentos contrários à globalização consagram o essencial de seu tempo a criticar a política dos Estados Unidos e dos países mais ricos, enquanto procuram dar forma a numerosíssimos movimentos de base constituídos em diversos países; mas, até o momento, não souberam propor uma análise geral dos conflitos que se formariam em nível mundial.

O movimento ecológico está numa situação análoga: defende a natureza, a terra; ataca os que destroem o meio ambiente e defende a idéia de um *desenvolvimento sustentável*, ou seja, os interesses daqueles que se encontram longe demais, no espaço e no tempo, para se fazerem ouvir. Mas esbarra contra a resistência dos Estados e não obteve senão resultados limitados.

A noção de classes sociais impôs-se na época em que as diversas categorias de assalariados, a começar pela dos operários, eram definidas sobretudo por relações sociais vividas no trabalho. Quando se fala de globalização, é preciso servir-se de categorias gerais, e a categoria de classes não o é bastante. Aliás, o mais das vezes ouve-se falar mais da humanidade ou de gerações futuras, ou ainda das nações pobres do que de uma categoria socialmente definida. A definição do ator histórico não é mais expressa em termos sociais, mas num vocabulário de outra natureza, questionando mais diretamente a dignidade de certos indivíduos, as condições de sobrevivência do planeta ou a diversidade das culturas. As noções propriamente sociais, como a noção de classe social, perdem algo de sua força de explicação e de mobilização.

O papel dominante do mercado, da concorrência e das coalizões de interesses, sem esquecer a corrupção, não é uma novidade. E se falamos de “neoliberalismo”, é porque o final do século XIX fora dominado pelo liberalismo, antes que o sindicalismo e os partidos “operários” introduzissem novos modos de regulamentação da economia por parte do Estado, e elementos de proteção social para todos bem como a redistribuição da renda. O que é novo é o seguinte: a concorrência não opõe mais países semelhantes, como era o caso quando a Grã-Bretanha, a Alemanha, os Estados Unidos ou a França estavam em concorrência e ao mesmo tempo firmavam

entre si acordos econômicos e políticos de abertura dos mercados; ela opõe os países ricos, e mais ou menos “socialdemocratas”, a países onde os salários são mais baixos e os sindicatos inexistentes (e onde existe, eventualmente, um vasto setor de trabalho forçado). Ora, até o presente momento foi impossível coordenar as políticas sociais e fiscais no seio da União Européia. Esta nova configuração deve ser aceita. Seria ilusório crer que se pode levantar barreiras ao redor de uma economia nacional. Semelhante política teria – e teve no passado – conseqüências muito negativas. As intervenções do Estado não devem mais servir para manter em vida empresas não competitivas ou para conferir garantias a certas categorias sociais por razões políticas e a contrapelo de toda racionalidade econômica. A resistência dos países europeus a esta transformação é considerável, mas vem diminuindo cada vez mais.

Nenhum problema político é mais importante para estes países, e para os que adotaram um modelo social semelhante, do que a busca de um novo modo de intervenção política, que não prejudique a competitividade mas proteja, entretanto, a população contra a brutalidade de uma economia liberal sobre a qual a maioria dos países não tem nenhuma capacidade de influência. A dificuldade propriamente política deste problema é demonstrada pelo número de governos, em muitos países, que fracassaram nessa tentativa. Maior ainda é a dificuldade de elaborar um conjunto de intervenções em favor daqueles cuja personalidade desmorona ou se esgota diante de agressões repetidas, e daqueles que já não podem mais encontrar emprego conveniente. E, como a proteção social deve ser reforçada ao mesmo tempo que a luta contra a desigualdade, é difícil fixar *in abstracto* a amplitude da movimentação orçamentária aceitável por uma população que aspira a medir os progressos alcançados.

Os que acham estas tarefas demasiadamente difíceis de realizar e desejam sempre mais que o Estado se limite a dar ajuda aos que mais reclamam levam seu país à ruína. Deve existir permanentemente uma forte tensão entre a corrida à criatividade e à competitividade e o esforço destinado a permitir ao maior número possível de habitantes de cada país construir sua vida e influir sobre seu ambiente.

As empresas européias realizaram grande progresso e se internacionalizaram; mas o esforço dos europeus em matéria de criação, difusão e aplicação dos conhecimentos continua insuficiente, e por toda parte, em graus diversos, fracassa-se em dar a cada um a possibilidade de ser um ator, bem preparado, protegido, informado e orientado, da vida social. Não há solução nem na manutenção do atual Estado assistencial nem na

aceitação de um liberalismo sem limites. Somente a renovação de nossas idéias sobre a sociedade e suas transformações poderá permitir-nos conceber plenamente as políticas sociais que possibilitarão ultrapassar o Estado assistencial, modificando seus objetivos e sobretudo os modos de intervenção pública.

O altermundialismo

Resumamos. A globalização não define uma etapa da modernidade, uma nova revolução industrial. Ela intervém no nível dos modos de gestão da mudança histórica. Ela corresponde a um modo capitalista extremo de modernização, categoria que não deve ser confundida com um tipo de sociedade, como a sociedade feudal ou a sociedade industrial. E a guerra, fria ou quente, pertence a este universo das concorrências, dos confrontos, dos impérios e não ao universo das sociedades e de seus problemas internos, inclusive o de suas lutas de classe.

Ao redor do tema geral da antiglobalização agrupa-se uma grande variedade de reivindicações que desejam convergir num projeto de altermundialização. O sucesso do fórum de Porto Alegre provém do fato de ter tentado reunir movimentos sociais e correntes de opinião que procuram dar um sentido positivo às manifestações de Seattle, Göteborg, Gênova e tantas outras, que tinham sobretudo uma função crítica. Organizou-se assim um movimento poderoso e ao mesmo tempo diversificado, que desafia os mais importantes dirigentes da economia global.

Uma onda de simpatia acompanhou os Davis desafiando os Golias das finanças internacionais. E o estado da economia, freqüentemente apresentada como uma etapa do progresso, aparece agora aos olhos de muitos como uma construção posta a serviço dos privilegiados e em detrimento dos mais pobres. Se o movimento antiglobal se rebatizou, passando a chamar-se altermundialista, é, como dissemos, para indicar claramente que ele não é contra a abertura mundial da produção e dos intercâmbios e que luta em prol de uma outra mundialização, que não esmaque os fracos, os interesses locais, as minorias e o meio ambiente em proveito unicamente dos que já detêm a riqueza, o poder e a influência.

O movimento altermundialista ocupa um lugar tão importante hoje como o socialismo nos primeiros decênios da sociedade industrial. Um e outro lutam sobretudo contra o rumo capitalista da economia e da sociedade. Um e outro, por conseguinte, combateram e combatem um modo de desenvolvimento mais que um tipo de sociedade definido por formas de produção, de organização e de autoridade. O movimento altermundialista

convoca a uma gestão democrática das grandes transformações históricas. Papel que é e continuará sendo diferente do papel do sindicalismo na sociedade industrial, que foi um movimento social de importância capital num tipo determinado de sociedade. Mas a fraqueza do altermundialismo, que é tão patente quanto seu sucesso, provém do fato de não chegar a definir claramente em nome de quem, de quais interesses ou de qual concepção de sociedade ele luta, de maneira que se instaura uma certa confusão entre a defesa de certos interesses adquiridos e reivindicações conduzidas efetivamente em nome das categorias mais diretamente dominadas. Inversamente, seria um erro não ver neste movimento senão um amontoado frouxo de grupos minoritários. O mesmo erro fora cometido a propósito do primeiro movimento de defesa do Larzac, que não era passadista, mas ao contrário conduzido por camponeses inovadores lutando contra a extensão improdutiva de um campo militar. O movimento altermundialista é um elemento central de nossa época, porque se opõe diretamente à globalização enquanto pretensão de eliminar todas as formas de regulamentação social e política da atividade econômica.

Para concluir: o que dizer desta evocação da globalização, deste período durante o qual ela dominou a realidade econômica e o pensamento social? Que passamos de um período dominado pelos problemas estruturais criados por um sistema socioeconômico a uma época na qual aquilo que ocupa o lugar central é o triunfo do capitalismo – e, portanto, de um certo modo de gestão da mudança histórica, de modernização. Sim, é justamente este o sentido principal da globalização. É preciso agora interrogar-se sobre o que se seguiu à grande virada de setembro.

Da sociedade à guerra

É mais difícil, porém tanto mais necessário, definir o que opõe este curto período, que eu defini de maneira metafórica como o período que se estende simbolicamente da queda do muro de Berlim até a destruição das torres do World Trade Center, à grande ruptura que lhe pôs um fim e que fez triunfar o espírito de guerra. Contrariamente ao que ainda se afirma muitas vezes, o período da globalização ficou caracterizado pela circulação acelerada dos bens e serviços, mas também de atividades e práticas culturais – e até mesmo de representações sociais e políticas. Já não é mais a lógica de um tipo de sociedade que se impõe, mas não é ainda a lógica de uma cruzada ou de um império. O período que se definiu sobretudo pela globalização foi dominado mais pelo capital financeiro do que pelo capital industrial, o que levou a um estouro da bolha tecnológica, mas conheceu

um modo de transformação do mundo que continua multilateral. Os Estados Unidos ainda não se acreditavam os únicos investidos do dever de salvar o mundo. E os que se opunham à globalização, formulando embora críticas justas, não se deram conta de que foi precisamente neste período que se afirmou a sensibilidade multicultural. Ora, na fase atual da política americana, o multiculturalismo foi abandonado. Não se trata mais de compreender o outro e de reconhecer as diferenças entre o modelo cultural ocidental e o modelo islâmico, por exemplo, mas de combater o Islã – ou melhor, aqueles que fazem a guerra em seu nome. A onda de antiamericanismo, que não cessou de crescer, sobretudo desde o começo da segunda intifada e da guerra no Iraque, faz crer muitas vezes que não ocorre nenhuma mudança num mundo totalmente dominado pela potência americana. Ao contrário, as mudanças são profundas e rápidas: uma visão civil é substituída por uma visão militar. Durante os anos que precederam 2001, os Estados Unidos – e, por conseguinte, a maior parte do mundo –, que viviam numa sociedade dominada pelos problemas econômicos e tecnológicos, e pela escalada de novos movimentos sociais, particularmente o feminismo e a ecologia política, tinham ainda consciência de viver uma transformação global do mundo que não estava totalmente nas mãos do governo. A globalização desembaraçava a economia de todos os outros setores da sociedade, e a sociedade era dominada pela economia; os novos guerreiros ainda não haviam chegado ao poder.

A passagem de uma lógica da sociedade, ou mais precisamente da mudança social, à lógica da guerra observa-se também do lado dos islâmicos. Os grandes projetos de fundação de repúblicas islâmicas, no espírito do que havia feito Khomeyni, fracassam e são abandonados. Os que prepararam e executaram o atentado de 11 de setembro são combatentes cujo objetivo mudou: é destruir e aterrorizar o inimigo, como o fazem os combatentes palestinos numa lógica que foi (e ainda é) a dos militantes de uma causa nacional prontos a morrer pela libertação de seu país.

Mesmo que não percebamos muito nitidamente a passagem de uma lógica a outra, sentimos fortemente que nossas categorias de análise da vida social se decompõem rapidamente, e deixam de nos ser úteis. Nossos problemas internos são doravante comandados por acontecimentos que se produzem num nível mundial ou continental. Cada um de nós vai deixando aos poucos de se definir como um ser social. Muito antes de se impor a idéia de uma guerra santa, já falávamos menos freqüentemente dos problemas do trabalho e da vida profissional. Estes estavam encobertos pelos problemas do emprego, isto é, do não-emprego, do desemprego e da preca-

riedade. E quando os assalariados de uma fábrica fechada pelos proprietários por causa de transferência de lugar, embora esta concedesse benefícios, entravam em greve, ocupavam as instalações, fechavam as ruas ou ameaçavam explodir tudo, os telespectadores comoviam-se com sua desgraça, mas não se associavam a nenhum protesto.

Fomos descobrindo aos poucos que os acontecimentos, os conflitos políticos, as crises sociais que acontecem perto de nós são comandados por acontecimentos longínquos. As circunstâncias locais não traduzem realmente o sentido dos acontecimentos que ali sucedem, embora a situação local acrescente um sentido secundário a acontecimentos que se explicam sobretudo no nível mundial.

Desde a Segunda Guerra Mundial sabemos que é preciso buscar a explicação das notícias locais no nível do mundo inteiro. Particularmente com a guerra fria e a expansão do regime comunista para a imensa China. Mais ainda, no decurso dos últimos anos, tornou-se evidente que o lugar central dos conflitos mundiais é o pedaço de terra disputado entre israelenses e palestinos.

Um mundo globalizado

Vivem-se na França, mais que em outros países, as conseqüências indiretas deste confronto, porque judeus e árabes formam aqui coletividades numerosas. Por muito tempo viveram lado a lado em relativa calma, mas a partir da segunda intifada, que transformou as guerrilhas em lutas de morte, presenciamos a formação de “comunidades” em bairros e estabelecimentos de ensino; judeus e árabes trocam injúrias e cometem atos de crueldade uns contra os outros. Os atos anti-semitas cresceram muito em número e em gravidade, e os Estados Unidos lançaram uma vigorosa campanha de opinião para denunciar o anti-semitismo que estaria renascendo na França, agitando o espectro das campanhas lançadas antigamente contra o capitão Dreyfus e lembrando as leis antijudaicas de Vichy. Mas os ataques mudaram de natureza: as alusões racistas tornaram-se raras; em compensação, os ataques contra Israel ocupam um lugar dominante e os judeus são acusados de utilizar a Shoah por eles sofrida para reprimir com a máxima violência o movimento nacional palestino. Durante este tempo, pequenos grupos de neonazistas atacam as sepulturas judaicas e árabes.

Como não ver que a explicação do anti-semitismo na França, inseparável do racismo antiárabe, se encontra em Jerusalém tanto quanto em Paris? É na guerra de morte que dilacera a Palestina que é preciso procurar as razões de

ser de um anti-israelismo que carrega diretamente em si um anti-semitismo reforçado por temas resultantes da realidade francesa, em particular a desigualdade com que a França trata os judeus e os árabes. E é quase exclusivamente contra os árabes que se desenvolve um racismo atenuado pelo fato de que o anti-israelismo é sobretudo cultural.

Também o atentado de 11 de setembro de 2001 em Nova York não deveria ser reduzido à sua dimensão local: foi um desafio, lançado pela al-Qaeda, à potência americana, e a segunda guerra no Iraque reforçou a cada mês esta interpretação: o mundo islâmico e os Estados Unidos se defrontam e cada campo pode golpear em qualquer parte do globo.

Mas foi também esta situação que fez emergir a ação humanitária, determinada pelo tema da necessária ingerência nos assuntos de um Estado que viola maciçamente os direitos fundamentais de parte de sua população. E, apesar da fraqueza de seus meios, é da Anistia Internacional, da Cruz Vermelha, de Médicos sem Fronteiras e de Médicos do Mundo que recebemos as melhores informações sobre os dramas e os escândalos que agitam o mundo, enquanto nossos governos parecem afogar-se em problemas subalternos e a própria Europa parece incapaz de intervir além de suas próprias fronteiras.

Como tratar da idéia de globalização sem se referir à idéia que mais diretamente lhe opomos, e que suscitou tanta paixão: a idéia do *choque de civilizações* tal como a expôs Samuel P. Huntington em seu livro *O choque de civilizações*? Enquanto a idéia de globalização sugere um mundo dominado por empresas ou redes econômicas e financeiras, vetores de bens, de serviços, de valores e de interesses, a teoria de S. Huntington recorre à noção de civilização, sendo o termo usado no plural, ou seja, num sentido muito diferente do que lhe dava a França do século XVIII, e que corresponde melhor à idéia alemã de *Kultur*, para sustentar que os conflitos principais do mundo atual empenham muito mais que a economia e a política: a oposição de unidades globais, sobretudo culturais e particularmente religiosas, animadas por Estados que têm forte capacidade de mobilização.

Na verdade, esta idéia geral é aplicada a duas ordens bastante diferentes de conflitos. Primeiramente aos confrontos propriamente culturais, sociais e políticos ao mesmo tempo, como os que dilaceraram a Sérvia, a Croácia e a Bósnia. Em seguida, aos conflitos pelo domínio do mundo, como o que opôs o Ocidente ao bloco soviético durante a guerra fria, o que opõe os Estados Unidos ao Islã hoje, e o que os oporá amanhã à China – a não ser que esta decida empenhar imediatamente seu poderio na luta pela dominação do mundo. Entre estes dois tipos extremos exis-

tem casos considerados “intermediários”, particularmente os casos em que o essencial da luta visa a conquista do poder político e em que as culturas (e primeiramente as religiões) não são senão “recursos” mobilizados pelos adversários um contra o outro.

S. Huntington nos pinta um mundo multipolar e insiste no declínio do Ocidente, que por longo tempo esteve convencido de desfrutar o monopólio da modernidade e do poder, e de encarnar sozinho a idéia de universalismo. Sua tese seria fraca se se contentasse em colocar em cena uma luta muito desigual entre um império central e sociedades ou Estados periféricos incapazes de desafiá-lo. Huntington nos mostra, pelo contrário, um Ocidente (ou seja, os Estados Unidos) perdendo hegemonia e ameaçado pela ascensão de outras civilizações.

Os que colocam a globalização no centro da representação do mundo mostram, ao invés, que este é dominado pela hegemonia americana, já que as redes mundiais estão em grande parte nas mãos dos americanos. E é contra eles que se formaram os movimentos altermundialistas.

A oposição das duas teses só é tão completa porque elas são em parte complementares. O que mereceu à abordagem de Huntington uma tão vasta corrente de aprovação é o fato de ela pôr em evidência o papel cada vez mais central das pertenças e das crenças culturais, e particularmente religiosas, em conflitos que diversas gerações de analistas haviam tentado explicar em termos puramente econômicos ou políticos. A respeito disso Huntington tem certamente razão em falar do Islã lá onde tantos outros autores não querem ouvir falar senão de petróleo. Mas estes dados culturais estão implicados em políticas e lutas que, estas sim, não se importam com as fronteiras dos Estados. A al-Qaeda, em particular, recruta, como se sabe, militantes muitas vezes fortemente inseridos nos países ocidentais. Não é, portanto, nem a economia nem as civilizações que convém colocar no centro da análise, mas as forças de mobilização dos recursos necessários à ação política.

É preciso ir além desta primeira reflexão. O mundo político é dominado pelo confronto entre os Estados Unidos (e seus aliados mais fiéis) e o Islã ou o que designamos com este nome. Quer seja aceita ou não, a tese de Huntington exige hoje uma enunciação mais positiva sobre as relações entre religião e política num mundo que vive e acaba de viver grandes conflitos cujos atores se designam a si mesmos como religiosos. Foi porventura sem motivo que eu próprio iniciei este livro com a catástrofe do 11 de setembro de 2001 em Nova York e com a entrada do mundo num estado de guerra que, desde então, assumiu cada vez mais a forma de atentados e de execução de reféns que nos jogam em plena barbárie e

dificultam a compreensão das causas destes combates e a procura das soluções para os mesmos?

Para progredir na análise é preciso voltar ao nosso ponto de partida que é a globalização, na medida em que ela significa, para além da mundialização dos intercâmbios, a separação entre economia e sociedade, separação que traz em si a destruição da própria idéia de sociedade. Vimos separarem-se a potência objetiva dos Estados Unidos e a resistência subjetiva, nacional, religiosa ou de outro tipo, de grupos ou de nações que já não podem mais se defender senão subjetivamente, apelando à sua etnicidade ou à sua história. É quando esta subjetividade e esta exigência de identidade se desenvolvem num vazio político que as relações entre as nações podem reduzir-se a uma guerra entre adversários definidos por seus cultos, suas religiões ou suas leis.

Num passado já longínquo, o Irã de Khomeyni opôs-se aos Estados Unidos; vimos igualmente, no Afeganistão, no Sudão e na Argélia em particular, grupos políticos islâmicos criarem ou tentarem fundar novas repúblicas islâmicas. Mas após os anos de vitórias vieram os fracassos, em particular o dos talebãs no Afeganistão. E os grandes empreendimentos político-religiosos deram lugar a comportamentos de guerra, a ataques contra o poder hegemônico americano, dos quais a al-Qaeda parece ser o agente principal.

Há cem anos ouvimos Lenin defender a idéia do papel da vanguarda revolucionária, em seguida vimos nascer, sessenta anos depois, a idéia do *foco*, forjada na América Latina, a fim de valorizar o papel de uma vanguarda ainda mais reduzida – e ainda mais separada das “massas”. Hoje estamos diante de uma guerrilha de kamikazes que praticam ações armadas cujo efeito sobre a opinião é imenso, mas que não se referem a nenhum projeto religioso. Muitos destes terroristas que se auto-sacrificam parecem movidos sobretudo pelo ódio ao inimigo. No caso palestino, o componente religioso do movimento foi limitado (salvo no início do movimento, quando era tão importante o papel desempenhado pelos cristãos influenciados pelo marxismo).

A história recente, portanto, vira as costas à tese de Huntington, mas não é porventura toda a história mundial que a rejeita? Foi nos séculos XVI e XVII que vivemos guerras de religião. Em seguida, a concorrência dos Estados, as lutas econômicas, as ambições totalitárias inspiraram guerras onde a religião desempenhou apenas um papel secundário, a não ser quando apareciam em cena povos ou nações que procuravam conquistar sua independência, como foi por muito tempo o caso da Polónia. Numa palavra, a tese de Huntington, brilhante e bem apresentada, surge no momento histórico em que ela menos se aplica...